

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2025-SJBV/FE

CONTRATANTE (UASG)

102339 – Faculdade de Engenharia de São João da Boa Vista

OBJETO

Aquisição de 1.000 Cestas Básicas, com entregas parceladas

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 275.270,00 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/03/2025 às 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

FACULDADE DE ENGENHARIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025-SJBV/FE****(Processo Administrativo nº 016/2025-SJBV/FE)**

Torna-se público que a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por meio da Faculdade de Engenharia – Câmpus de São João da Boa Vista, sediada na Avenida Profª. Isette Correa Fontão, nº 505 – Bairro Jardim das Flores, São João da Boa Vista/SP, cadastrada sob o CNPJ: 48.031.918/0041-11, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de 1.000 (uma mil) cestas básicas, com entregas parceladas, sendo 100 (cem) cestas básicas entregues mensalmente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos



responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 3.5.1. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);



- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).



- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 2,00 (dois reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.



- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
 - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
 - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.2. A consulta ao cadastro CNCLAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8.** Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que



integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.



10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico materiais.sjbv@unesp.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria UNESP nº 135/2023, Anexo III que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: materiais.sjbv@unesp.br.
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer

interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: <https://ape.unesp.br/licitacao> e [Compras.gov](https://compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
 - 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
 - 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
 - 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
 - 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.



- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;
- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista

- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://ape.unesp.br/licitacao>.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III – Portaria UNESP nº 135/2023;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

São João da Boa Vista, 26 de fevereiro de 2025

Paulo Gustavo Person
Diretor Técnico Administrativo
Subscritor do Edital

FACULDADE DE ENGENHARIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

(Processo Administrativo nº 16/2025-SJBV/FE)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Aquisição de 1.000 (mil) cestas básicas com entrega parcelada (mensal), sendo 100 (cem) cestas por entrega, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cesta Básica, contendo os itens conforme respectivos descritivos e quantitativos apresentados no item 3.	440928 – Conjunto Alimentação	Unidade	1.000	R\$ 275,27	R\$ 275.270,00

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados da assinatura do Contrato e emissão de Nota de Empenho, podendo ser prorrogado a critério da Contratante e disponibilidade orçamentária, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos se justificam a fim de atender à



unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista

RESOLUÇÃO UNESP Nº 05/2024, que dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (SANS) da UNESP, que determina que são de responsabilidade da Administração Central, dos Campus, das Unidades Universitárias e Complementares buscar meios para:

- I - Assegurar, defender e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada nas situações de vulnerabilidade socioeconômica identificadas na comunidade da UNESP;
- II - Defender e promover a Alimentação Saudável e Sustentável nos ambientes universitários, garantindo o atendimento às necessidades especiais e respeitando as escolhas alimentares alternativas;
- III - assegurar as condições sanitárias dos alimentos fornecidos ou comercializados na Universidade;
- IV - Prover infraestrutura adequada à oferta e ao consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis à Comunidade Unespiana.

2.3. Ainda, conforme Art. 5º da RESOLUÇÃO UNESP Nº 05/2024, são princípios fundamentais da Política SANS da UNESP:

- I - Equidade e universalidade na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a comunidade, especialmente os segmentos vulneráveis, respeitadas suas necessidades e preferências individuais;
- II - Realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, ou seja, pela busca contínua, dentro dos recursos disponíveis, para proporcionar esse direito;
- III - participação social nos processos decisórios e de execução e monitoramento da Política;
- IV - Gestão integrada, respeitada a autonomia das Unidades Universitárias;
- V - Institucionalização da SANS no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- VI - Inserção social e cultural da SANS nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VII - Sustentabilidade em termos de insumos, energia, água, resíduos e condições de trabalho.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000026/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/08/2024, atualizado em 20/01/2025;
- III) Id do item no PCA: 102339-150/2025;
- IV) Classe/Grupo: 8940 - Alimentos Especiais Dietéticos e Preparados Alimentícios;
- V) Identificador da Futura Contratação: 102339-150/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



3.2. As cestas básicas deverão ser compostas pelos seguintes produtos:

- 01 Pacote Arroz Agulhinha, Tipo 1, Longo, Fino De 5 Kg;
- 01 Pacote de Açúcar Refinado de 1 Kg;
- 02 Pacotes de Feijão Tipo 1 de 1 Kg Cada;
- 01 Embalagem de Achiote Em Pó de 400 g;
- 02 Embalagens de Café Tradicional Torrado e Moído de 500 g cada (embalagem à vácuo);
- 02 Pacotes de Macarrão Tipo Espaguete de 500 g cada;
- 01 Óleo de Soja Em Garrafa Pet de 900 ml;
- 02 Embalagens de Leite Em Pó Integral de 400 g cada
- 02 Embalagens de Molho de Tomate de 300 g cada;
- 02 Extratos de Tomate Sachê ou Lata de 300 g cada;
- 02 Latas de Sardinha Em Óleo Comestível de 125 g cada;
- 03 Latas de Atum Sólido ao Natural de 170 g cada;
- 01 Azeite de Oliva Extra Virgem Garrafa de Vidro de 500 ml
- 01 Pacote de Carne Seca de, no mínimo, 400 g;
- 01 Pacote de Biscoito Tipo Maizena de no mínimo 350 g;
- 01 Pacote de Biscoito Tipo Água e Sal de no mínimo 164 g;
- 01 Pacote de Lentilha de no mínimo 400 g;
- 01 Pacote de Aveia em Flocos de no mínimo 150 g;
- 02 Latas de Milho Verde em Conserva de 170 g cada (peso drenado);
- 02 Latas de Ervilha Verde em Conserva de 170 g cada (peso drenado);
- 01 Pacote de Milho de Pipoca, Tipo 1, de no mínimo 400 g;
- 01 Pacote de Farinha de Trigo de 1 Kg;
- 01 Pacote de Farofa de Mandioca Pronta de 500 g;
- 04 Pacotes de gelatina com sabores sortidos de 20 g cada; e
- 01 Pacote de Sal Refinado Iodado de no mínimo 500 g.

3.3. Todos os itens deverão conter validade mínima de 02 (dois) meses na data da entrega e estar de acordo com as normas da ANVISA: RDC 724/22, IN 161/22, RDC 727/22 e RDC 429/20 e demais alterações posteriores e regulamentos pertinentes a cada item da cesta.

3.4. Todos os produtos solicitados deverão ser de primeira qualidade;

3.5. Os bens (cestas) serão fornecidos parceladamente, em atendimento às requisições periódicas expedidas pela Unidade Compradora.

3.5.1. As requisições deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número deste contrato, do número da licitação, do número do processo, a identificação da contratada, a especificação dos itens, as quantidades, datas e horários e endereço de entrega.

3.5.2. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive por meio eletrônico.

3.5.3. Quando a requisição for encaminhada por meio eletrônico, o prazo para entrega terá início no segundo dia útil posterior à data do envio, independentemente de confirmação de recebimento. A mensagem enviada pelo contratante será impressa e acostada aos autos do processo.

3.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns e deverão ser acondicionados em caixa de papelão lisa, sem identificação, ou embalagem plástica transparente apropriada para cesta básica, devidamente lacradas.

3.6.1. As embalagens dos itens que compõem as cestas básicas deverão seguir as exigências



unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista

da legislação vigente e as especificações supra estabelecidas e ainda trazer todos os dados de identificação, procedência, número do item, validade etc.

- 3.7. Sem prejuízo de haver redução ou ampliação da quantidade contratada, dentro dos limites legais, a critério do contratante, estima-se que em até 31/12/2025 tenha ocorrido a entrega total do objeto licitado.
- 3.8. **IMPORTANTE:** Os produtos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, **EM TOTAL CONSONÂNCIA COM O TERMO DE REFERÊNCIA**, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em sua versão mais atualizada.

Da exigência de amostra(s)

- 4.2. Não serão exigidas amostras.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. As entregas serão realizadas de maneira parcelada, de periodicidade mínima mensal, de acordo com cronograma a ser estabelecido entre Contratante e Contratada, após a assinatura do Contratação e emissão da Nota de Empenho.
- 5.1.1. Nos dias previstos para realização das entregas, o transporte deverá chegar com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para entrega e permanecer no local por, no mínimo, 02 (duas) horas para a retirada das cestas básicas pelos beneficiários.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Professora Isette Côrrea Fontão, 505 – Jardim das Flores – São João da Boa Vista/SP – CEP: 13.876-750. A Contratada será responsável pela entrega dos bens, inclusive seu descarregamento, correndo por sua conta todas as despesas de transporte.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues em perfeita ordem e na quantidade correta, com a respectiva Nota Fiscal.

- 5.5. Os itens ou unidades que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia contratual deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores, no prazo de 05 (cinco) dias

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133,

[de 2021](#), artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a

formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de



cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- 7.9.1.o prazo de validade;
 - 7.9.2.a data da emissão;
 - 7.9.3.os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.9.4.o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.9.5.o valor a pagar; e
 - 7.9.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).



- 7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.
- 7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica



- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.21.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

- 8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 8.22.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante;
- 8.22.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 8.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

- 8.23. Tratando-se de consórcio:
- 8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Designação do consórcio e sua composição;



unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

8.23.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não



unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista

foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 275.270,00 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela descrita no item 1 do Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 102339 – Faculdade de Engenharia de São João da Boa Vista;
- II) Fonte de Recursos: Tesouro do Estado;
- III) Funcional Programática: 12.364.4807.5304.251;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.26;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São João da Boa Vista, 14 de fevereiro de 2025

Daniel de Paiva Mucin

Equipe de Apoio

Responsável pela elaboração do Termo de
Referência

Leandro Rosa Ferreira

Equipe de Apoio

Responsável pela elaboração do Termo de
Referência

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 16/2025-SJBV/FE

2. Descrição da necessidade

Necessidade: Promover, no âmbito da Faculdade de Engenharia, Campus de São João da Boa Vista (FESJ/UNESP), a política de Segurança Alimentar através da alimentação adequada, saudável e sustentável, **principalmente nas situações de vulnerabilidades socioeconômicas identificadas na comunidade do campus.**

Para cumprir sua função social, a UNESP deve atender à RESOLUÇÃO UNESP Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024 (ANEXO I), que dispõe sobre a Política SANS da UNESP, que determina que são de responsabilidade da Administração Central, dos Campus, das **Unidades Universitárias** e Complementares, buscar meios para:

I - assegurar, defender e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada nas situações de vulnerabilidade socioeconômica identificadas na comunidade da UNESP;

II - defender e promover a Alimentação Saudável e Sustentável nos ambientes universitários, garantindo o atendimento às necessidades especiais e respeitando as escolhas alimentares alternativas;

III - assegurar as condições sanitárias dos alimentos fornecidos ou comercializados na Universidade;

IV - prover infraestrutura adequada à oferta e ao consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis à Comunidade Unespiana.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção	Juliano Antônio de Oliveira - Vice-Diretor

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

No ano de 2023, observado o Comunicado Conjunto: Execução Recurso SANS 2023, de 20/03/2023 (ANEXO II), que sugere algumas possíveis ações identificadas em toda a UNESP, cabendo a cada Unidade Universitária optar pela qual melhor se adequa a sua realidade, sendo elas:

Ação Possível: Fornecimento de Comida Pronta.

Viabilidade: esta Unidade, atualmente, não possui infraestrutura e logística adequada para preparação e fornecimento de alimentos prontos. Além disso não seria possível, dentro dessa situação hipotética, fornecer alimentação nos períodos noturnos e nos finais de semana. Sendo assim, tal alternativa se mostrou **inviável**.

Ação Possível: Fornecimento de Marmitas.

Viabilidade: esta Unidade, atualmente, não possui infraestrutura adequada para armazenamento e logística para realizar a distribuição diária de marmitas. Não seria possível, dentro dessa situação hipotética, fornecer alimentação nos finais de semana. Sendo assim, tal alternativa se mostrou **inviável**.

Ação Possível: Restaurante Universitário.

Viabilidade: Embora o campus esteja em fase de expansão, ainda não há infraestrutura para a instalação de um restaurante universitário. Por ora, essa situação se mostra **inviável**.

Ação Possível: Aquisição de itens para montar cestas de alimentos.

Viabilidade: O campus não possui infraestrutura e logística para armazenar adequadamente diversos itens para, posteriormente, montar cada cesta de alimentos. Dessa forma, essa alternativa também se mostrou **inviável**.

Ação Possível: Aquisição e distribuição de cestas básicas.

Viabilidade: Experiência realizada no ano anterior. Solução que se mostrou **mais adequada à realidade do campus**, haja vista que a aquisição de uma cesta já composta e embalada, com data agendada para entrega parcelada mensal, permite uma melhor logística de distribuição e não há necessidade de infraestrutura para armazenamento de todas essas cestas.

Ação Possível: Refeições Subsidiadas ou distribuição de vouchers para alimentação em estabelecimentos parceiros.

Viabilidade: o campus está situado em uma região que dispõe de poucos restaurantes próximos, o que dificultaria o deslocamento dos alunos e a formação de parceria com estabelecimentos do ramo. Há uma lanchonete na unidade, que atua sob regime de concessão e fornece alimentação (almoço) no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais). Considerando o custo diário por refeição x quantidade de alunos (100), a oneração seria de R\$ 1.800,00 (um e oitocentos reais)/dia, considerando apenas o almoço. Levando em conta o custo mensal para a Unidade e o fato de que, atualmente, a lanchonete não oferece jantar ou alimentação nos finais de semana, essa alternativa se mostra **inviável** para a realidade do campus.

Nesse sentido, a fim de atender à Política SANS da UNESP e pela FESJ/UNESP não possuir equipamentos sociais, como moradia estudantil e restaurante universitário, além de situar-se em um município com elevado custo de vida quanto às despesas de subsistência, a aquisição de cestas básicas para distribuição à Comunidade Local, prioritariamente, aos alunos participantes dos Processos Seletivos para Auxílios de Permanência Estudantil da Unidade, se mostra a solução mais adequada, pois permite fornecer maior variedade de alimentos, sua distribuição possui uma logística mais simples e direta, não requerendo maiores investimentos por parte da Faculdade e, em termos de custos, mostra-se a alternativa mais econômica.

PESQUISA DE PREÇOS

Apontada a solução mais adequada, foram realizadas pesquisas de preços para a aquisição e distribuição de cestas básicas que possuam os seguintes itens e quantitativos em sua composição, definidos a partir do Ofício nº 42/2023-SANS (ANEXO III) e de sugestões apontadas pelos discentes beneficiados na ação promovida no ano anterior (Processo 133/2024-SJBV/FE – Aquisição e Distribuição de Cestas Básicas no ano de 2024):

- 01 Pacote Arroz Agulhinha, Tipo 1, Longo, Fino De 5 Kg;
- 01 Pacote de Açúcar Refinado de 1 Kg;
- 02 Pacotes de Feijão Tipo 1 de 1 Kg Cada;
- 01 Embalagem de Achocolatado Em Pó de 400 g;
- 02 Embalagens de Café Tradicional Torrado e Moído de 500 g Cada (embalagem à vácuo);
- 02 Pacotes de Macarrão Tipo Espaguete de 500 g Cada;
- 01 Pacote de Sal Refinado Iodado de 500 g;
- 01 Óleo de Soja Em Garrafa Pet de 900 ml;
- 02 Embalagens de Leite Em Pó Integral de 400 g Cada
- 02 Embalagens de Molho de Tomate de 300 g Cada;
- 02 Extratos de Tomate Sachê ou Lata de 300 g Cada;
- 02 Latas de Sardinha Em Óleo Comestível de 125 g Cada;
- 03 Latas de Atum Sólido ao Natural de 170 g Cada;
- 01 Azeite de Oliva Extra Virgem Garrafa de Vidro de 500 ml
- 01 Pacote de Carne Seca de, no mínimo, 400 g;
- 01 Pacote de Biscoito Tipo Maizena de 400 g;
- 02 Pacotes de Biscoito Tipo Água e Sal de 200 g;
- 01 Pacote de Lentilha de 500 g;
- 01 Pacote de Aveia em Flocos de 250 g;
- 01 Pacote de Farinha de Milho de 500 g;
- 02 Latas de Milho Verde em Conserva de 170 g Cada (peso drenado);
- 02 Latas de Ervilha Verde em Conserva de 170 g Cada (peso drenado);

- 01 Pacote de Milho de Pipoca, Tipo 1, de 500 g;

A Contratação de Cestas Básicas no ano de 2024 foi de R\$ 247,72 (duzentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) /unitário, sendo 560 (quinhentos e sessenta) cestas entregues.

Para a estimativa de preços para a contratação no ano de 2025, forem realizadas alterações e inclusão de itens, de acordo com as sugestões apontadas pelos beneficiários da ação promovida em 2024.

- 01 Pacote Arroz Agulhinha, Tipo 1, Longo, Fino De 5 Kg;
- 01 Pacote de Açúcar Refinado de 1 Kg;
- 02 Pacotes de Feijão Tipo 1 de 1 Kg Cada;
- 01 Embalagem de Achocolatado Em Pó de 400 g;
- 02 Embalagens de Café Tradicional Torrado e Moído de 500 g Cada (embalagem à vácuo);
- 02 Pacotes de Macarrão Tipo Espaguete de 500 g Cada;
- 01 Óleo de Soja Em Garrafa Pet de 900 ml;
- 02 Embalagens de Leite Em Pó Integral de 400 g Cada
- 02 Embalagens de Molho de Tomate de 300 g Cada;
- 02 Extratos de Tomate Sachê ou Lata de 300 g Cada;
- 02 Latas de Sardinha Em Óleo Comestível de 125 g Cada;
- 03 Latas de Atum Sólido ao Natural de 170 g Cada;
- 01 Azeite de Oliva Extra Virgem Garrafa de Vidro de 500 ml
- 01 Pacote de Carne Seca de, no mínimo, 400 g;
- 01 Pacote de Biscoito Tipo Maizena de 400 g;
- 01 Pacote de Biscoito Tipo Água e Sal de 200 g;
- 01 Pacote de Lentilha de 500 g;
- 01 Pacote de Aveia em Flocos de 250 g;
- 02 Latas de Milho Verde em Conserva de 170 g Cada (peso drenado);
- 02 Latas de Ervilha Verde em Conserva de 170 g Cada (peso drenado);
- 01 Pacote de Milho de Pipoca, Tipo 1, de 500 g;
- 01 Pacote de Farinha de Trigo de 1 Kg;
- 01 Pacote de Farofa de Mandioca Pronta de 500 g;
- 04 Pacotes de gelatina com sabores sortidos de 20 g Cada; e
- 01 Pacote de Sal Refinado Iodado de 500 g.

Foram realizadas pesquisas junto a potenciais fornecedores, considerando: participantes constantes na ata de sessão do Pregão Eletrônico que originou a contratação do ano anterior, potenciais fornecedores participantes de licitações recentes com objetos similares, em âmbito municipal (São João da Boa Vista e municípios próximos), além de fornecedores cadastrados no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), que totalizou uma lista de cerca de 30 (trinta) e-mails. Encaminhada a solicitação eletrônica de cotação, foram obtidas 03 respostas com orçamentos. Os valores globais cotados são apresentados a seguir:

Pesquisa de preço 01: R\$ 249,95 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos);

Pesquisa de preço 02: R\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais);

Pesquisa de preço 03: R\$ 228,85 (duzentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos);

Na ausência de manifestação e orçamento dos demais potenciais fornecedores consultados, para a composição do valor estimado deve-se levar em consideração os preços obtidos na Pesquisa de Preço, chegando-se ao valor estimado médio de **R\$ 275,27** (duzentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para cada cesta básica, sendo considerado um valor viável, considerando os valores estimados e a economia constatada ao final do procedimento realizado no ano anterior.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de gêneros alimentícios no formato de cesta básica para a Faculdade de Engenharia, Campus de São João da Boa Vista (FESJ/UNESP), a ser licitado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO. A CONTRATAÇÃO será por meio de **contrato com entregas parceladas** e distribuição mensal para aqueles identificados em situações de vulnerabilidade socioeconômica na comunidade da FESJ/UNESP, buscando assim, por meio de sua função social, promover a oferta e consumo de alimentação adequada e saudável.

As cestas deverão ter os itens e respectivos quantitativos descritos no tópico 05 deste ETP.

A entrega deverá ser realizada nas dependências do câmpus, conforme cronograma a ser definido e proposto pela Comissão Local de Permanência Estudantil, em comum acordo com a empresa vencedora.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o Art. 9º, I, da RESOLUÇÃO UNESP Nº 05/2024 (Política SANS), é de responsabilidade da Unidade Universitária "assegurar, defender e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada nas **situações de vulnerabilidade socioeconômica** identificadas na comunidade da UNESP". Diante disso, para se chegar ao quantitativo considerou-se o número de discentes que participaram dos Editais FESJ Nº 07/2022 e 17/2023 - Processo Seletivo para Auxílios de Permanência Estudantil (processo destinado a discentes com vulnerabilidade socioeconômica). Houve um aumento de aproximadamente 30% de pedidos de auxílios do processo seletivo do Edital 07/2022, que contou com 55 (cinquenta e cinco) pedidos, para o Edital 17/2023, que contou com 78 (setenta e oito) pedidos. Por equivalência, estima-se um aumento de 30% nos pedidos de auxílios do processo seletivo do Edital 17/2023 para o Edital 21/2024 (processo seletivo em andamento, para concessão de auxílios em 2025), que até o momento já apresentou 67 (sessenta e sete) pedidos de auxílios, somente para alunos veteranos (o processo seletivo de alunos ingressantes ocorrerá entre os meses de fevereiro e março de 2025). Dessa forma, a FESJ/UNESP pretende adquirir **1.000 (mil)** cestas básicas, conforme especificações descritas no item 6, sendo prevista a entrega de **100 (cem)** cestas básicas, mensalmente, por **10 (dez)** meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 275.270,00

Conforme item 5. Levantamento do Mercado, foi obtido o valor de R\$ 275,27 (duzentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos) como preço unitário de cada cesta.

Considerando que a contratação prevê a aquisição de 1.000 (mil) cestas, temos o valor estimado total da contratação:

$$1.000 \text{ cestas} \times \text{R\$ } 275,27/\text{unitário} = \text{R\$ } 275.270,00 \text{ (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais)}$$

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A cesta básica (agrupamento de itens), devido a Política SANS da UNESP e para fins de padronização das cestas, é indivisível (objetiva-se o atendimento mensal das necessidades alimentares e nutricionais do beneficiário). Há a necessidade da entrega parcelada (conforme destacado no item 6), contudo, que se justifica pelo fato das cestas serem constituídas por produtos perecíveis e com necessidade de armazenamento adequado, que a FESJ/UNESP não dispõe atualmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano de Contratações Anuais (PCA), conforme regulamentação constante no Decreto Nº 67.689/2023, tem como objetivos (i) racionalizar as contratações das respectivas unidades administrativas, promovendo a centralização e compartilhamento, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais; (ii) garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e outros instrumentos de governança existentes; (iii) subsidiar a elaboração das leis orçamentárias; (iv) evitar o fracionamento de despesas; e (v) sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial, a propensão à inovação e incrementar a competitividade.

Esta contratação está prevista no PCA do exercício de 2025, conforme os dados abaixo:

ID PCA PNCP: 48031918000124-0-000026/2025

ID Futura Contratação: 102339-150/2025

Item: 321

Grupo/Classe: 8940 - Alimentos Especiais Dietéticos e Preparados Alimentícios (por ausência de classe mais específica)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A partir da aquisição de gêneros alimentícios no formato de cestas básicas e tendo como referência a Política SANS da UNESP, busca-se promover a segurança alimentar e nutricional sustentável no âmbito institucional e assegurar o direito humano à alimentação adequada à comunidade da FESJ/UNESP, prioritariamente a seus membros socioeconomicamente vulneráveis.

13. Providências a serem Adotadas

A princípio, não foi verificada a necessidade da capacitação dos servidores e/ou de empregados.

Quanto à adequação do ambiente organizacional, será necessário definir um local adequado para armazenamento das cestas básicas por um período máximo de 05 (cinco) dias para viabilizar a distribuição posterior para os beneficiários que, por algum motivo, não consigam realizar a retirada da cesta na data mensal agendada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis impactos ambientais resultantes da aquisição das cestas básicas seriam a poluição dos rios e a degradação do solo, decorrentes do descarte incorreto das embalagens que compõem as cestas básicas. Uma possível medida para mitigar esses impactos ambientais seria a conscientização dos beneficiários das cestas básicas a respeito do descarte adequado das embalagens que não sejam reutilizável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a Política SANS da UNESP e as soluções apresentadas no item 5, considera-se esta contratação como a mais viável em termos de exequibilidade e economicidade para a FESJ/UNESP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL DE PAIVA MUCIN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/02/2025 às 09:49:46.

LEANDRO ROSA FERREIRA

Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 10/02/2025 às 09:27:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - Resolução 05 , DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024.pdf (157.15 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Comunicado PROPEG - execução recurso SANS.pdf (895.22 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Oficio-42-2023-sans-cestas-basicas-orientacoes-1.pdf (857.18 KB)

RESOLUÇÃO UNESP Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (SANS) da UNESP.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 24, do Regimento Geral da UNESP, tendo em vista a Deliberação do Conselho Universitário em reunião no dia 13-12-2023 e considerando:

- o artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), celebrado pelas Nações Unidas em 1966, do qual o Brasil tornou-se signatário em 1992, o qual estabelece o Direito Humano à Alimentação Adequada como direito humano fundamental;

- os esforços das Nações Unidas para alcançar, até 2030, o Desenvolvimento Sustentável, ao eliminar a extrema pobreza e a fome, oferecer para todos educação de qualidade ao longo da vida, proteger o planeta e promover a paz;

- o artigo 6º da Constituição Federal, que inclui a alimentação como direito social a ser garantido pelo Estado;

- a Lei Federal 11.346-2006, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- o artigo 207 da Constituição Federal que estabelece a função social da Universidade, imprimindo-lhe o compromisso com as demandas e desafios da sociedade contemporânea, sendo que a fome e a produção sustentável de alimentos estão entre os principais desafios da atualidade;

- o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que toma como valores a promoção dos Direitos Humanos, a responsabilidade social, a sustentabilidade e o respeito à diversidade e; como compromisso, o desenvolvimento de ações que promovam a transformação da sociedade e o bem-estar da comunidade universitária, entre os quais a criação e manutenção de espaços de convivência e o fortalecimento do programa de alimentação universitária;

- a importância de uma Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável para a promoção da saúde e bem-estar das comunidades interna e externa à Unesp; na integração e na permanência no câmpus; refletindo de forma positiva no desempenho acadêmico dos estudantes;

- as ações realizadas pela Comissão de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, especialmente o diagnóstico da situação de insegurança alimentar identificaram uma diversidade de situações alimentares nos câmpus, quer seja, Unidades Universitárias com Restaurante Universitário sob autogestão, U.U. com Restaurante Universitário terceirizado, U.U. com cantinas que oferecem lanches e refeições, U.U. com cantinas que oferecem apenas lanches e U.U. sem nenhum tipo de serviço de alimentação;

- as proposições de solução que foram elaboradas pela Comissão de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de forma participativa, vislumbrando uma Política pautada na equidade e garantia de direitos;

- que a Comunidade da UNESP é constituída por docentes, discentes, servidores técnicos e administrativos e outros parceiros e colaboradores, um grande contingente de protagonistas das mais variadas expertises e necessidades, dispostos a construir juntos a UNESP que queremos, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

SEÇÃO I **Das Disposições Gerais**

Artigo 1º - A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (artigo 1º da Lei 11.346-2006).

Artigo 2º - É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (artigo 2º da Lei 11.346-2006).

Artigo 3º - A UNESP, como Instituição pública de ensino superior, ao exercer sua função social, frente à fome, à má-nutrição e às ameaças aos sistemas alimentares, deve mobilizar esforços de todas as naturezas para alcançar a segurança alimentar e nutricional de sua comunidade e trabalhar para a almejada transformação social, rumo a um mundo economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável.

SEÇÃO II

Dos Objetivos, Princípios e Diretrizes

Artigo 4º - A Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (SANS) da UNESP tem por objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no âmbito institucional, e assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada à toda a Comunidade da UNESP, com atuação, no que couber, nas escalas local, regional, nacional e internacional.

Artigo 5º - São princípios fundamentais da Política de SANS da UNESP:

I - equidade e universalidade na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a comunidade, especialmente os segmentos vulneráveis, respeitadas suas necessidades e preferências individuais;

II - realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, ou seja, pela busca contínua, dentro dos recursos disponíveis, para proporcionar esse direito;

III - participação social nos processos decisórios e de execução e monitoramento da Política;

IV - gestão integrada, respeitada a autonomia das Unidades Universitárias;

V - institucionalização da SANS no Plano de Desenvolvimento Institucional;

VI - inserção social e cultural da SANS nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VII - sustentabilidade em termos de insumos, energia, água, resíduos e condições de trabalho.

Artigo 6º - A Política de SANS da Unesp é regida pelas seguintes diretrizes:

I - garantia de acesso ao alimento saudável e sustentável a toda Comunidade da UNESP;

II - transformação dos ambientes e paisagens do câmpus, tornando-os facilitadores de práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivas;

III - desenvolvimento de habilidades voltadas às práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivas, por meio da educação alimentar e nutricional e para a sustentabilidade e consumo responsável;

IV - promoção da cultura e identidade alimentar local e regional;

V - desenvolvimento sustentável do sistema alimentar considerando sua complexidade e dinâmicas globais e locais;

VI - atuação em múltiplos níveis: local, regional, nacional e internacional;

VII - promoção da intersetorialidade e da interdisciplinaridade nas ações de SANS por meio do trabalho participativo, integrado em rede de cooperação e do compartilhamento de soluções;

VIII - valorização do protagonismo estudantil;

IX - monitoramento, avaliação e tomada de decisões baseadas em evidências.

SEÇÃO III

Da Estrutura de Governança, Funções e Responsabilidades

Artigo 7º - A coordenação da Política de SANS da UNESP é de responsabilidade da Vice-reitoria, com estrutura própria com as atribuições de:

- I** - coordenar, monitorar, avaliar e propor revisão da Política de SANS;
- II** - propor normas e procedimentos para a regulamentação da Política de SANS;
- III** - elaborar o plano global de SANS da UNESP;
- IV** - assessorar e analisar os Planos Locais de SANS e Planejamentos Anuais das Unidades Universitárias;
- V** - submeter ao CADE proposta de dotação orçamentária para os Programas de Alimentação Universitária, de Infraestrutura, das Ações Transversais e da Coordenação da Política de SANS da UNESP;
- VI** - estabelecer requisitos mínimos para a garantia da qualidade nutricional e sanitária das refeições produzidas e consumidas e dos alimentos distribuídos ou comercializados na UNESP;
- VII** - apoiar tecnicamente as Unidades Universitárias na tomada de decisão para a implementação dos Planos Locais de SANS e Planejamentos Anuais;
- VIII** - analisar modelos de gestão para os Serviços de Alimentação da UNESP;
- IX** - estabelecer critérios flexíveis de equidade e autonomia entre as Unidades Universitárias, buscando a execução da Política de SANS, mas preservando a igualdade de direitos;
- X** - construir séries históricas e analisar os investimentos em SANS realizados pela UNESP;
- XI** - facilitar a orientação para os contratos e critérios de compras de alimentos, considerando a viabilidade das compras centralizadas;
- XII** - estabelecer a política de preços para as refeições subsidiadas pela UNESP;
- XIII** - criar condições favoráveis para a articulação intersetorial interna e externa à UNESP em ações interdisciplinares;
- XIV** - acolher as demandas da Comunidade Unespiana por meio da escuta qualificada, voltada ao encaminhamento da solução para os problemas, estabelecendo em especial canais de comunicação e articulação com os discentes;
- XV** - promover a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica nas ações de promoção da alimentação saudável e sustentável e nas decisões sobre a política de SANS;
- XVI** - promover eventos de SANS visando à difusão da temática e à integração da comunidade acadêmica;
- XVII** - promover a integração e a partilha de soluções aos problemas comuns;
- XVIII** - prospectar recursos para o fortalecimento dos Programas que compõem a Política de SANS da UNESP;
- XIX** - propor alternativas para o uso racional dos recursos da Política de SANS, considerando iniciativas integradas entre parte ou o total das Unidades Universitárias;
- XX** - fomentar o desenvolvimento de ações de promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental nas ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da UNESP;
- XXI** - propor e monitorar indicadores de desempenho acadêmico relacionados à SANS, como tema transversal de todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Artigo 8º - A Comissão Local Permanente de SANS (CLSANS) é a instância de assessoramento da Direção da Unidade Universitária na elaboração, execução e acompanhamento do Plano Local de SANS.

§ 1º - A criação da Comissão Local Permanente de SANS é de responsabilidade das Unidades Universitárias, sendo facultativa a atribuição das funções para comissões já existentes, dentre as quais a CLPE, a CLDH ou a CLRU, desde que garantido o desenvolvimento pleno das suas atribuições.

§ 2º - A CLSANS é constituída por:

1. o diretor ou o vice-diretor, membro nato, e respectivo suplente docente, indicado pela diretoria;
2. um docente e respectivo suplente, eleitos por seus pares;
3. dois servidores técnicos e administrativos e respectivos suplentes, eleitos por seus pares, sendo um nutricionista, onde houver;
4. dois discentes e respectivos suplentes, eleitos por seus pares.

§ 3º - Nos Câmpus ou Unidades com mais de mil estudantes de graduação, a CLSANS poderá

ser constituída por nove membros, sendo:

1. o diretor ou o vice-diretor, membro nato, e respectivo suplente docente, indicado pela diretoria;
2. dois docentes e seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares;
3. três servidores técnicos e administrativos e respectivos suplentes, eleitos por seus pares, sendo um nutricionista, onde houver;
4. três discentes e respectivos suplentes, eleitos por seus pares.

§ 4º - O mandato dos membros docentes e servidores técnicos e administrativos será de 2 anos.

§ 5º - O mandato dos membros discentes será de 1 ano, com renovação de no mínimo um representante.

§ 6º - Será permitida aos membros docentes, servidores técnicos e administrativos e discentes a recondução.

§ 7º - O presidente e o vice-presidente da Comissão Local Permanente de SANS serão eleitos em votação paritária pelos membros da CLSANS, dentre os membros docentes e técnicos e administrativos, para um mandato de dois anos, cabendo recondução.

§ 8º - As deliberações da CLSANS serão tomadas por voto da maioria simples presente, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 9º - Nos Câmpus com mais de uma Unidade é facultativa a constituição de uma única CLSANS para o Câmpus. Neste caso os Câmpus deverão:

1. definir a Unidade à qual a CLSANS ficará vinculada;
2. constituir a CLSANS com nove membros, conforme artigo 10, § 3º desta Resolução;
3. compor a representação docente, disposta no artigo 10, § 3º, incisos I e II, com: dois docentes entre os diretores e vice-diretores dos Câmpus, membros natos, e respectivos suplentes indicados pelos mesmos; e um docente e seu suplente, eleitos por seus pares.

Artigo 9º - São de responsabilidade da Administração Central, dos Câmpus, das Unidades Universitárias e Complementares buscar meios para:

I - assegurar, defender e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada nas situações de vulnerabilidade socioeconômica identificadas na comunidade da UNESP;

II - defender e promover a Alimentação Saudável e Sustentável nos ambientes universitários, garantindo o atendimento às necessidades especiais e respeitando as escolhas alimentares alternativas;

III - assegurar as condições sanitárias dos alimentos fornecidos ou comercializados na Universidade;

IV - prover infraestrutura adequada à oferta e ao consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis à Comunidade Unespiana.

Artigo 10 - É da responsabilidade de toda a comunidade da UNESP:

I - defender e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Alimentação Saudável e Sustentável nas dinâmicas de convivência e nas práticas acadêmicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão;

II - cuidar e preservar os ambientes destinados à alimentação e adotar práticas que favoreçam a alimentação saudável e sustentável nos ambientes universitários.

Artigo 11 - À Reitoria da UNESP compete:

I - imprimir nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o enfoque da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada;

II - assegurar recursos orçamentários e financeiros suficientes para infraestrutura e custeio da Política de SANS da UNESP;

III - à Vice-reitoria compete designar responsável pela Coordenadoria de SANS e nomear suas possíveis subcomissões.

Artigo 12 - Compete ao Conselho Universitário:

I - deliberar sobre aprovação da Política de SANS da Unesp e alterações decorrentes, ouvido o CADE;

II - analisar e aprovar proposta orçamentária para execução da Política de SANS da UNESP.

Artigo 13 - Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovar e avaliar a execução do Programa de Ações Transversais de SANS da UNESP.

Artigo 14 - Compete ao Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) avaliar e monitorar a execução do Plano Global de SANS.

Parágrafo único - Compete ainda ao CADE, no âmbito de suas competências:

1. manifestar-se sobre pertinência e exequibilidade da Política de SANS da UNESP;
2. manifestar-se sobre a dotação orçamentária para custeio e investimentos em infraestrutura para efetivação da Política de SANS da UNESP;
3. manifestar-se sobre os modelos de gestão para os Serviços de Alimentação da UNESP no que tange à autogestão ou terceirização de serviços e pessoal, respeitando o perfil e as características das Unidades e ouvida a CSANS;
4. estabelecer o quadro de servidoras(es) para o funcionamento da Política SANS nas UNESP, ouvida a CSANS. O quadro mínimo deverá incluir pelo menos um(a) Nutricionista por Unidade para responsabilidade técnica dos Serviços de Alimentação, Colégios Técnicos e Centros de Convivência Infantil, monitoramento da insegurança alimentar e desenvolvimento de ações de promoção da Saúde e Sustentabilidade.

Artigo 15 - Compete às Câmaras Centrais de Graduação (CCG), de Pós-graduação (CCPG), de Pesquisa (CCPe) e de Extensão e Cultura (CCEC):

- I** - indicar representantes para o Programa de Ações Transversais de SANS;
- II** - aprovar, acompanhar e avaliar o Programa de Ações Transversais de SANS;
- III** - propor ações transversais de sua competência, incluindo editais específicos para fortalecer o Programa.

Artigo 16 - Compete à Coordenadoria da Permanência Estudantil (COPE) integrar as comissões dos Programas de Alimentação Universitária, de Infraestrutura para a SANS, de Ações Transversais de SANS, e o Sistema de Comunicação, Monitoramento e Avaliação da SANS na UNESP.

Artigo 17 - Compete à Congregação das Unidades Universitárias:

§ 1º - Aprovar, ouvida a comunidade acadêmica:

1. o Plano Local de SANS para a Unidade Universitária;
2. o Planejamento Anual para a Unidade Universitária;
3. a aplicação dos recursos para custeio e investimentos em infraestrutura para a efetivação da Política de SANS da Unidade;
4. o modelo de gestão dos seus Serviços de Alimentação, ouvido o CADE.

§ 2º - Compete ainda, a supervisão e avaliação do Plano Local de SANS para as Unidades Universitárias, ouvidas as comissões assessoras.

Artigo 18 - Compete à Direção da Unidade Universitária:

I - coordenar a elaboração e a execução o Plano Local de SANS com seus programas, e do Planejamento Anual, garantido o necessário apoio técnico e administrativo e ouvida a Comissão Local de SANS, sob aprovação e acompanhamento da Congregação da Unidade e da CSANS;

II - integrar e promover as condições necessárias para os trabalhos da Comissão Local Permanente de SANS;

III - prover informações sobre o andamento da Política de SANS na Unidade à CSANS.

Artigo 19 - Compete à Comissão Local de SANS (CLSANS):

I - colaborar na elaboração do Plano Local de SANS e do Planejamento Anual da Unidade Universitária;

II - colaborar na proposta de dotação orçamentária para os Programas de Alimentação Universitária, de Infraestrutura e das Ações Transversais da Unidade Universitária;

III - monitorar a qualidade dos serviços de alimentação da Unidade e a satisfação dos seus usuários conforme critérios e estratégias orientados pela CSANS;

IV - contribuir com a CSANS na elaboração de estratégias de gestão da Política de SANS da Unesp; assim como prover informações sempre que solicitadas;

V - criar condições favoráveis para a articulação intersetorial e interdisciplinar interna, de forma coordenada com Conselhos de Curso de Departamentos, e externa à Unidade, em parcerias com setores público e privado;

VI - acolher as demandas da comunidade por meio da escuta qualificada, voltada ao encaminhamento da solução para os problemas, atuando em especial como canal de comunicação e articulação com o corpo discente;

VII - articular a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica nas ações de promoção da alimentação saudável e sustentável e nas decisões sobre a política de SANS no âmbito da Unidade;

VIII - promover eventos de SANS visando à difusão da temática e à integração da comunidade acadêmica no âmbito da Unidade;

IX - fomentar o desenvolvimento de ações de promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental nas ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Unidade;

X - monitorar indicadores de desempenho acadêmico da Unidade voltados à SANS como tema transversal de todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Artigo 20 - As Unidades Universitárias poderão constituir o Conselho Comunitário de SANS, com as seguintes atribuições:

I - acompanhar a Política de SANS da Unidade Universitária;

II - contribuir com o debate das questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional do Município e/ou região no contexto acadêmico.

Parágrafo único - A composição do Conselho Comunitário de SANS fica a critério da Unidade Universitária, devendo conter pelo menos dois representantes da comunidade externa.

SEÇÃO IV

Da Infraestrutura e Funcionamento

Artigo 21 - São Serviços de Alimentação em funcionamento nas Unidades Universitárias e demais dependências da UNESP:

I - Restaurantes Universitários - é uma seção técnica vinculada à administração do Câmpus, equipado de cozinha industrial (permite o preparo de grande quantidade de refeições de forma rápida) e

refeitório, sob responsabilidade técnica de nutricionista da Unesp, podendo a produção de alimentos ser feita por autogestão ou terceirizada;

II - Centros de Alimentação - ambiente de convivência com espaço adequado para armazenamento, aquecimento e consumo de refeições. O Centro de Alimentação pode eventualmente abrigar Copa, Cantina e/ou Lanchonete;

III - Centros de Convivência Infantil - são equipamentos sociais inseridos nas políticas públicas de educação infantil, destinados aos acolhimentos dos filhos de servidores docentes, técnicos e administrativos e discentes, equipados de lactário, cozinha e refeitório apropriados para as crianças na primeira infância;

IV - Cozinhas Compartilhadas - são cozinhas equipadas com fogões domésticos, fornos de microondas, geladeiras, pias e mobiliário apropriado que permitam o uso coletivo para o preparo e consumo de refeições e higiene de utensílios;

V - Cozinhas das Moradias Estudantis - são cozinhas equivalentes às domésticas, cujo tamanho e equipamentos disponíveis estejam de acordo com a capacidade de moradores de cada unidade residencial;

VI - Refeitórios - espaços destinados ao consumo de alimentos, com estrutura básica de distribuição (balcão térmico, bancadas de apoio e carrinhos de transporte) e higienização de utensílios (pias, bancadas, máquina lavar louças), equipados com mesas, cadeiras e eventualmente geladeiras e microondas para aquecimento dos alimentos;

VII - Copas - espaço anexo aos ambientes de trabalho destinado ao preparo de café, armazenamento, aquecimento e preparo de refeições simples;

VIII - Cantinas - local destinado à venda de alimentos e bebidas, com oferta de refeições e espaço adequado para consumo;

IX - Lanchonete - local destinado à venda de alimentos rápidos e bebidas para consumo, sem oferta de refeições;

X - Ambulantes - comércio de alimentos sem instalações fixas, devidamente regulamentados pela vigilância sanitária e normas institucionais;

XI - Restaurantes Populares - são equipamentos sociais de segurança alimentar e nutricional que proporcionam refeições subsidiadas por meio de política pública específica;

XII - Feiras - espaço de exposição e venda de alimentos in natura ou eventualmente preparados, em dias e horários determinados, muitas vezes associadas à venda de produtos locais ou da agricultura familiar.

Artigo 22 - São estruturas, benefícios e iniciativas de apoio à Política de SANS da UNESP:

I - Hortas, Jardins e Pomares - produção e coleta de verduras, legumes e frutas para consumo em terrenos do câmpus ou adstritos;

II - Fazendas - unidade auxiliar de apoio ao Ensino, à Pesquisa e Extensão e que eventualmente coopere na produção agroalimentar para a UNESP;

III - Laboratórios de Nutrição - estrutura de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão na área da alimentação;

IV - Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – INTERSSAN - estrutura de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

V - Núcleos e Centros de pesquisa voltados à promoção da agricultura familiar de base agroecológica - estruturas de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão que desenvolvem atividades de interesse para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis;

VI - Rede Temática de Segurança Alimentar e Nutricional vinculada à Pró-reitoria de Extensão e Cultura;

VII - Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (RedeSANS), rede social apoiada pela UNESP;

VIII - Subsídios aos servidores - benefício monetário a ser usado para a alimentação do servidor;

IX - Serviços de coleta e reciclagem de resíduos sólidos e compostagem orgânica - iniciativas de transformação de resíduos associados à alimentação em matéria prima ou composto orgânico para a

produção de alimentos;

X - iniciativas para redução do desperdício de alimentos e incentivo à doação de alimentos - utilização integral dos alimentos, controle de sobras, entre outras;

XI - iniciativas para redução do consumo de água, gás e energia elétrica nas Unidades de Serviços de Alimentação.

SEÇÃO V

Dos Instrumentos

Artigo 23 - São Instrumentos para a Execução da Política de SANS da UNESP:

I - Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - Plano Global de SANS;

III - Programa de Alimentação Universitária;

IV - Programa de Infraestrutura para a SANS;

V - Programa de Ações Transversais de SANS;

VI - Sistema de Comunicação, Monitoramento e Avaliação da SANS na UNESP;

VII - Plano Local de SANS das Unidades Universitárias.

Artigo 24 - Os planos de SANS devem ser elaborados para toda a UNESP e para cada Unidade considerando as diretrizes estabelecidas na Política de SANS da UNESP e devem considerar:

I - garantia de acesso a alimentos suficientes e adequados à alimentação saudável para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - previsão de meios para suprir as necessidades de refeições prontas saudáveis e sustentáveis, conforme padrões estabelecidos pela UNESP, para consumo no câmpus, subsidiadas ou gratuitas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e a preços justos para os demais;

III - previsão de ações de transformações dos ambientes alimentares a partir da adequação da infraestrutura para consumo de refeição e disponibilidade de alimentos saudáveis no câmpus, conforme padrões estabelecidos pela administração central, considerando a garantia imediata de lugar adequado e suficiente para atender a demanda para a guarda e aquecimento das refeições;

IV - processos formativos voltados à educação alimentar e nutricional, sustentabilidade e consumo responsável;

V - as orientações normativas para a comercialização de alimentos no câmpus levando em conta as disposições legais e os padrões de qualidade;

VI - supervisão e/ou quadro técnico apropriado para garantir a qualidade nutricional e sanitária das refeições, o uso racional dos recursos, a atenção nutricional e o acesso aos que necessitam;

VII - devem ser levadas em conta as necessidades alimentares especiais e escolhas alternativas de alimentação, assim como a acessibilidade física e tecnológica aos locais de refeição.

§ 1º - O horizonte temporal será de longo, médio e curto prazos:

1. longo prazo, 12 anos: Planos de SANS da Administração Central e das Unidades Universitárias;

2. médio prazo, 4 anos: planejamento sistemático das ações, metas e orçamento, vinculados a cada ciclo administrativo;

3. curto prazo, 1 ano: orçamento anual.

§ 2º - Os Planos de SANS são compostos por Módulos de:

1. diagnóstico e prognóstico;

2. programas e ações com objetivos, metas, orçamento e indicadores de resultados de médio e longo prazo;

3. atividades e indicadores de processo no curto prazo (um ano), relacionados aos objetivos e metas de médio e longo prazo.

§ 3º - Os Planos de SANS devem contemplar os seguintes Programas e Ações:

1. Programa de Alimentação Universitária;
2. Programa de Infraestrutura para a SANS;
3. Programa de Ações Transversais de SANS;
4. ações complementares para viabilizar a gestão da Política de SANS.

Artigo 25 - O Programa de Alimentação Universitária tem por objetivo prover, para consumo no campus, refeições saudáveis, sustentáveis a toda comunidade e subsidiadas aos estudantes e eventualmente outros segmentos, conforme critérios estabelecidos e periodicamente revistos.

Artigo 26 - O Programa de Infraestrutura para a SANS tem por objetivo prover recursos e apoiar as Unidades Universitárias nos projetos e execução de obras voltados à infraestrutura para preparo, distribuição e comercialização de refeições, bem como outras de interesse para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na UNESP.

Artigo 27 - O Programa de Ações Transversais de SANS tem por objetivo fortalecer a integração do Ensino, Pesquisa e Extensão na ações de SANS, seja com vistas à transformação dos ambientes e cultura institucional, seja na inserção da UNESP em diferentes níveis de abrangência geopolítica na busca de respostas para desafios globais para a garantia da SANS.

Artigo 28 - O Sistema de Comunicação, Monitoramento e Avaliação da SANS na UNESP tem por objetivo viabilizar a gestão da política de SANS, com estratégias que promovam a capilaridade e coesão das ações, o monitoramento e avaliação capazes de promover a tomada de decisão baseada em evidência, com as seguintes funções:

I - realizar a gestão da comunicação no âmbito da Política de SANS, garantindo um fluxo efetivo das informações e promovendo a articulação de pessoas e ações na Instituição;

II - propor e coordenar estratégias de monitoramento e avaliação da Política de SANS nos âmbitos global e das Unidades Universitárias;

III - coordenar e aprimorar o Sistema de Restaurantes Universitários (SISRU) e estabelecer normativas para compras de refeições pela comunidade nos restaurantes e outras unidades de alimentação subsidiadas pela UNESP;

IV - estabelecer normativas e coordenar o desenvolvimento de sistema para compras de insumos e serviços no âmbito do Programa de Alimentação Universitária, visando a otimização dos recursos e a garantia da qualidade dos produtos;

V - avaliar a satisfação do Programa de Alimentação Universitária e demais ações da Política de SANS da UNESP;

VI - propor e coordenar eventos de integração e articulação das Unidades Universitárias em prol da SANS;

VII - desenvolver ações que facilitem a integração das Unidades Universitárias e o compartilhamento de soluções.

SEÇÃO VI

Do Financiamento da Política de SANS

Artigo 29 - A dotação orçamentária para a efetivação da Política de SANS da UNESP deve ser progressiva, contínua e executada de maneira independente do custeio Unidade Universitária, com funcional programática específica, contemplando os seguintes detalhamentos:

I - custeio do Programa de Alimentação Universitária, conforme natureza e tipo de despesas estabelecidos pela UNESP;

II - investimento no Programa de Infraestrutura para a SANS, visando à adequada execução do Programa de Alimentação Universitária, a adequação dos ambientes de comércio e consumo de alimentos e das práticas acadêmicas voltadas à Política de SANS;

III - custeio do Programa de Ações Transversais de SANS, vinculado ao Programa de Desenvolvimento Institucional;

IV - governança da Política de SANS, incluindo provisão de recursos para o Sistema de Comunicação, Monitoramento e Avaliação da SANS na UNESP.

SEÇÃO VII

Disposições Finais

Artigo 30 - A Resolução UNESP 66-1995, alterada pela Resolução UNESP 55-2000, deverá ser atualizada e adequada à Política de SANS, estabelecida nesta Resolução.

Artigo 31 - A criação da estrutura própria com as atribuições determinadas no artigo 7º será submetida às instâncias competentes e aprovada junto aos órgãos colegiados.

Artigo 32 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Proc. 1892-2022-RUNESP)

Pub. DOE nº 32, de 19/02/2024, p. 114

FIM DO DOCUMENTO

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo

São Paulo, 20 de março de 2023

Comunicado Conjunto: execução recurso SANS 2023

Propeg – Pró-reitoria de Planejamento e Gestão

Renata Frajácomo

CADm – Coordenadoria de Administração

Marilda de Pontes Ribeiro

Gabrielly Boer Vaccari

AJ – Assessoria Jurídica

Dr. João Eduardo Lopes Queiroz

Fórum DTAd – Fórum de Diretores Técnicos Administrativos

Fernando de Souza Ferrari

Paulo Fernando Jacintho de Souza

Comissão SANS

Fernanda Henriques

Helber Holland

Aos sete dias do mês de março de 2023, representantes das áreas constantes no caput deste comunicado se reuniram para discutir os procedimentos a serem adotados quanto à execução de recurso proveniente da Política SANS. **A motivação do presente comunicado é orientar os Diretores, Vice-Diretores e Diretores Técnico Administrativos sobre a utilização de recursos provenientes da Política SANS.**

A Comissão SANS, designada para elaboração de Política SANS da Unesp, teve como resultado de suas ações desenvolvidas em 2022 a liberação de orçamento específico para 2023 visando a promoção de alimentação adequada aos discentes. Após o estabelecimento de um plano de trabalho para a execução das ações SANS, as Unidades foram orientadas a solicitar à Comissão proposta para uso dos recursos aprovados (e-mail

enviado para os diretores pela Comissão SANS em 3/2/23), passando a recebê-los a partir de mês de janeiro de 2023. Assim, nestes últimos meses, a comissão SANS tem avaliado o mérito das propostas solicitadas, permitindo que a Unidade opte pela aplicação do recurso de acordo com as necessidades específicas, podendo ser utilizado em subsídios no valor das refeições, aquisição de equipamentos, aquisição de gêneros alimentícios, aquisição de serviços de marmita, aquisição de cestas básicas, contratação de OSC, licitação etc. Vale ressaltar que no repasse do recurso aprovado para a Unidade na forma de auxílio financeiro ao estudante não está prevista a contratação de qualquer benefício que disponibilize recursos diretamente aos discentes.

Ao longo do recebimento dos recursos foram observadas algumas dificuldades de execução e assim, a necessidade de orientações técnicas para os diversos casos em nossa Universidade. Para a presente pauta, a Comissão SANS identificou quatro grupos principais dentro da Unesp:

1 Unidades com RU

1.1 RU com autogestão

1.2 RU terceirizado

1.3 Bom prato (apenas Botucatu)

2 Unidades sem RU e com cantina que fornece refeições

3 Unidades sem RU e com cantina que não serve refeição

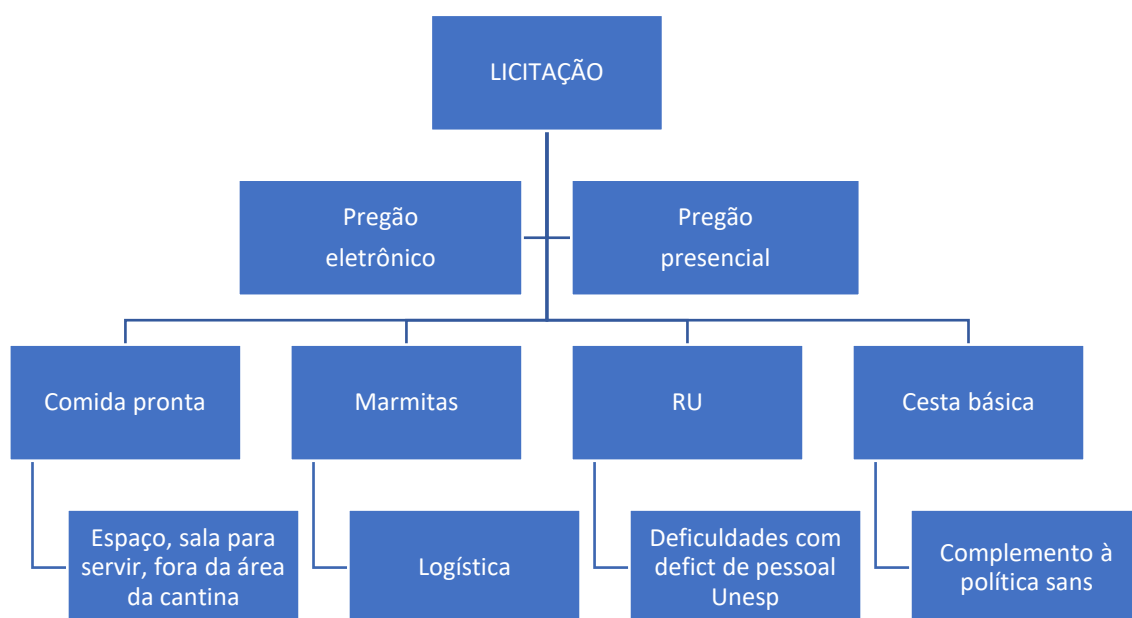
4 Unidades sem RU e sem cantina

Assim sendo, dada a heterogeneidade das Unidades quanto à disponibilização de infraestrutura (exceto obras e reformas), tipo de contrato e necessidade de serviços, **definiu-se que as Unidades serão comunicadas para participarem de reunião com a equipe técnica da PROPEG, Comissão SANS e, se necessário, com Assessoria Jurídica, em cronograma a ser divulgado em breve.**

Para que a estruturação dos atendimentos seja feita de forma otimizada, pedimos que seja preenchida a rápida consulta do link a seguir. Tal consulta se faz necessária para que as diretrizes dos contratos vigentes sejam verificadas previamente, de modo a garantir a legalidade das ações futuras.

<https://forms.gle/R4qgSazKF38z2MFW9>

Adiantamos que a análise prévia da atual situação das unidades pela equipe técnica levou à conclusão abaixo sobre as possibilidades de execução do recurso SANS. Essas orientações serão discutidas durante a reunião, portanto, é importante que o gestor da Unidade visualize qual das opções indicadas abaixo melhor se adequa à sua realidade, de modo que, juntos, possamos enviesar esforços para melhor atender a necessidade local.



Por fim, a Comissão SANS continuará a receber as solicitações, mediante plano de trabalho, para avaliação do mérito da

proposta e encaminhando para a PROPEG ofício de liberação dos repasses.

Agradecemos a compreensão, colocando-nos à disposição.

Comissão SANS
Pró-reitoria de Planejamento de Estratégico e Gestão
Coordenadoria de Administração da PROPEG
Assessoria Jurídica
Fórum DTAds

Ofício nº 42/2023 – SANS

São Paulo, 25 de abril de 2023.

Assunto: Aquisição de cestas de alimentos

Ilmo.
Diretor

O presente documento visa fornecer algumas orientações básicas relativas à aquisição de cestas de alimentos como ação emergencial de combate a insegurança alimentar e nutricional entre discentes da Unesp.

Ressalta-se que a oferta de refeições prontas para consumo é a alternativa que mais se adequa à rotina e as necessidades dos alunos. Entretanto, a distribuição de gêneros estocáveis, seja para o preparo individual de cada estudante em sua residência ou de forma coletiva em repúblicas ou moradias, pode ser importante medida de estímulo a uma alimentação mais saudável. Considerando as recomendações nutricionais, de consumo diário de pelo menos 400g de vegetais/dia, a oferta de cestas verdes, compostas por legumes, frutas e verduras, é fundamental como complemento a cesta básica.

1) Quanto a elaboração de editais

Sugere-se que o edital para aquisição de gêneros alimentícios seja efetuado na modalidade registro de preços, a fim de permitir ajustes no quantitativo a ser adquirido, bem como fracionamento de entregas.

2) Quanto aos gêneros alimentícios

Sugere-se que a cesta básica contenha, pelo menos, os seguintes itens: arroz, feijão, café, sal, açúcar, macarrão, molho de tomate, leite em pó, óleo vegetal, sardinha em óleo, biscoito tipo maisena.

Como vegetais, podem ser adquiridos:

Frutas

Banana Prata - Código BEC 4408357

Maçã - Código BEC 4755065

Laranja - Código BEC 4399218

Limão - Código BEC 4409248

Abacaxi - Código BEC 4406516

Vegetais

Repolho - Código BEC 4404351

Pepino - Código BEC 4394526

Batata - Código BEC 3149749

Beterraba - Código BEC 4396715

Brócolis - Código BEC 4403665

Chuchu - Código BEC 4395921

Milho verde - Código BEC 4433726

Tomate - Código BEC 4406680

Ovos - Código BEC 108251

Quanto as quantidades aproximadas para consumo mensal de 1 indivíduo, sugere-se minimamente os pesos estimados:

120g diários de arroz cru = aprox. 3,6 kg de arroz/mês

50g diários de feijão cru = aprox. 1,5 kg de feijão/mês

20g diários de pó de café = aprox. 600g de café/mês

10 g diários de açúcar = aprox. 300 g de açúcar/mês

molho de tomate = 3 embalagens/mês

macarrão = 2 pacotes/mês sardinha = 2 latas

25 g diários de leite em pó = aprox. 750g /mês

biscoito tipo maisena = 2 pacotes/mês

Quanto as quantidades aproximadas para consumo semanal de 1 indivíduo, sugere-se minimamente os pesos estimados:

Banana Prata - 1 penca = aprox. 1kg;
Maçã - 500g;
Laranja - 500g;
Limão - 200g;
Abacaxi - 1 unidade de aprox. 1,5kg a 1,9kg;
Repolho - 250g ou 1/4 cabeça;
Pepino - 250g; Batata - 250g;
Beterraba - 150g;
Brócolis - 300g;
Chuchu - 150g;
Tomate - 400g;
Ovos - 1 dúzia

Observação importante: os alimentos listados bem como as quantidades estimadas são apenas sugestões iniciais, para uma primeira experiência de distribuição de alimentos. A lista de opções pode ser enriquecida conforme desejo de cada Unidade.

3) Quanto aos requisitos a serem observados durante o recebimento dos gêneros alimentícios

Os alimentos não perecíveis devem apresentar embalagens íntegras, com rótulo contendo minimamente identificação do produto, procedência, data de fabricação, data de validade, lote e peso.

As embalagens plásticas deverão estar perfeitas, sem furos ou rasgos.

Latas não deverão apresentar sinais de ferrugem ou estufamento.

Vegetais e frutas deverão estar maduros, porém firmes, com tamanho e coloração uniformes. Não deverão apresentar defeitos de podridão, amassado, passado, danos por pragas, presença de bolores ou insetos, devendo estar perfeitamente acomodados em caixas para correto transporte, evitando-se danos.

Ovos deverão estar adequadamente embalados em caixas de uma dúzia, com rótulo contendo minimamente identificação do produto, procedência, data de embalo, data de validade e lote. Não deverão apresentar rachaduras nem sujidades.

Todos os gêneros deverão estar em conformidade com os descritivos do edital. Produtos não conformes deverão ser rejeitados durante o recebimento.

4) Quanto ao processo de distribuição de alimentos

Sugere-se que a instituição forneça sacolas retornáveis, confeccionadas em plástico resistente ou tecido, onde os alimentos possam ser acomodados, evitando-se o uso de descartáveis.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital
por Ana Rita Melo Oliveira
Nobre: 34878162880
Dados: 2023.04.25
14:40:05 -03'00'

Ana Rita Melo Oliveira Nobre

Nutricionista - CRN 328898

Vice-presidente

Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

FACULDADE DE ENGENHARIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

(Processo Administrativo nº 016/2025-SJBV/FE)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO
DE MESQUITA FILHO", POR INTERMÉDIO DA
FACULDADE DE ENGENHARIA - CÂMPUS DE SÃO JOÃO
DA BOA VISTA E A EMPRESA
.....

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por intermédio da Faculdade de Engenharia - Câmpus de São João da Boa Vista, com sede na Avenida Profª. Isette Corrêa Fontão, nº 505 - Jardim das Flores, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.031.918/0041-11, neste ato representada pelo..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 016/2025-SJBV/FE e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de 1.000 (uma mil) cestas básicas com entrega parcelada (mensal), sendo 100 (cem) cestas por entrega, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de Cestas Básicas	440928 – Conjunto Alimentação	Unidade	1.000		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, encerrando-se em 31/12/2025.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio

econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a / / (DD/MM/AAAA).
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC-FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 15 (quinze) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.2.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução

do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. **Multa**: Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento (Portaria UNESP nº 135/2023);

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 102339 – Faculdade de Engenharia de São João da Boa Vista

II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado

III. Funcional Programática: 12.364.4807.5304.251

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.26

V. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São João da Boa Vista, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II

PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

Capítulo II Das Definições

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

Capítulo III Das Infrações

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Capítulo IV Das Sanções

Seção I Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- 1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

§3º Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

Seção II Da Sanção de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Seção III Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

- I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.
- II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

§4º Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;

2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;

3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.

4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.

2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

Seção IV **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta

Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Seção VI

Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

Seção VII

Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

Seção VIII

Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de “Apenados” do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

PASQUAL BARRETTI
Reitor

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:.....
CNPJ:.....Cidade:.....
End.....CEP:.....Telefone:....
.....Email:.....
Dados Bancários: Banco....., Agência:....., Conta:

ITEM	Material	Marca / Modelo	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$
...				R\$	R\$
Total:					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, no mínimo.
- Prazo de entrega:
- Proposta em papel timbrado contendo: razão social, endereço completo, telefone, e-mail, dados da conta bancária (Banco do Brasil);
- Na cotação, deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto da contratação;

(Local e data).

(Nome/Assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2025-SJBV/FE, Processo nº 016/2025-SJBV/FE, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.2**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2025-SJBV/FE, Processo nº 016/2025-SJBV/FE, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)